

## A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste.

Cesar Machado Domingues\*

### INTRODUÇÃO.

No início do século XX, a então recém criada República buscava ampliar sua autoridade sobre os confins ainda inexplorados do território nacional. Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental exercido pela construção de ferrovias e de linhas telegráficas. Pois enquanto o trem facilitava o trânsito de tropas, pessoas e mercadorias, o telégrafo garantiria a comunicação rápida entre as diversas regiões do país e a Capital Federal, no Rio de Janeiro.

Com a intenção de ampliar ainda mais o alcance das linhas telegráficas federais, Affonso Penna, Presidente da República entre os anos de 1906 e 1909, criou a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, também conhecida como “Comissão Rondon”. O objetivo primordial desta comissão era estender uma linha telegráfica entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho, às margens do Rio Madeira, atualmente localizadas respectivamente nos estados de Mato Grosso e Rondônia. Com isso, estaria completa a ligação telegráfica do Rio de Janeiro como o estado do Amazonas e a região do Acre, recém adquirida pelo Brasil através do Tratado de Petrópolis, assinado em 1903 e onde se executavam os trabalhos de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré.

As motivações; as práticas; influências e a relevância para o processo de integração nacional desta penetração através de territórios praticamente inexplorados, fartamente noticiada nos jornais da época; estendendo fios; abrindo estradas; construindo pontes; mapeando terras e rios; e fazendo contatos com diversas tribos indígenas, serão abordadas nas páginas a seguir, buscando compreender os efeitos e o processo de funcionamento da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, no período de 1907 a 1915, bem como as motivações institucionais e o contexto de sua criação.

Assim sendo, este trabalho procura apresentar o processo de funcionamento da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso e Amazonas, no período de 1907 a 1916,

---

\* Pós-graduando em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Gama Filho; é editor da Revista Brasileira de História Militar. E-mail: editor@historiamilitar.com.br

bem como as motivações institucionais e o contexto de sua criação. Desta forma pretende-se identificar como, e em que medida, esta comissão possa ter contribuído para a integração do noroeste brasileiro e para a ampliação da presença do Estado Nacional naquela região, justificando sua caracterização como Frente Pioneira.



A linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, elaborado por Sônia Vaz para o livro “Rondon, O Marechal da Floresta”. Cada uma das bolas brancas maiores marca a localização de uma estação telegráfica. Ao norte da estação José Bonifácio localiza-se o Rio Roosevelt, chamado anteriormente de rio da Dúvida e explorado por integrantes da Comissão Rondon, juntamente com o ex-presidente norte americano, que emprestaria seu nome ao rio. Apud: DIACON, Todd A..

Rondon, O Marechal da floresta. São Paulo, SP. Cia das Letras, 2006.

(anexo no meio do livro)

## 1. A CONSTRUÇÃO DA LINHA TELEGRÁFICA

“Quem vive ao longo da Linha Rondon facilmente se julgaria na Lua. Imagine-se um território do tamanho da França, três quartos inexplorados; percorrido somente por pequenos bandos de indígenas nômades que estão entre os mais primitivos que se possam encontrar no mundo; e atravessado de ponta a ponta por uma linha telegráfica”. (Claude Levi Strauss – ao visitar, em 1938, o trecho da linha construído pela Comissão Rondon no Mato Grosso)<sup>1</sup>.

Em 1907, foi criada, pelo então presidente Afonso Pena, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, denominada posteriormente: “Comissão Rondon” em homenagem ao seu comandante, que já vinha trabalhando, desde a virada do século, na construção de linhas telegráficas no Mato Grosso. Um dos principais objetivos estratégicos desta obra era permitir uma maior presença do governo central nas distantes províncias do Amazonas e do Acre. Além disso, o crescente interesse pela borracha do recém incorporado território do Acre e a construção da ferrovia Madeira - Mamoré também incentivaram a construção da linha telegráfica, que deveria se estender por aproximadamente 1.600 km, entre as cidades de Cuiabá e Santo Antônio do Madeira, às margens do Rio Madeira<sup>2</sup>.

No início do século XX, a República Brasileira tinha pouco mais de dez anos e ainda estavam presentes na memória dos que então governavam o País, os episódios da Guerra do Paraguai. Entre estas lembranças estavam certamente: a facilidade com que as tropas de Solano Lopes haviam invadido o território brasileiro através da isolada, e praticamente indefesa, província do Mato Grosso e o verdadeiro pesadelo logístico que era a transmissão de

<sup>1</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1979. p.267.

<sup>2</sup> A vila de Santo Antônio do Madeira ficava a sete km da atual cidade de Porto Velho.

ordens e notícias desde a frente de batalha até a capital do Império<sup>3</sup>. Apesar das iniciativas implementadas desde o governo imperial para melhorar o sistema, as dificuldades de comunicação com os pontos mais afastados do imenso território brasileiro continuavam a representar um grave problema para a segurança da nação. Havia uma grande dificuldade para a circulação de mercadorias e pessoas na região noroeste, aonde seu chegava mais facilmente por via fluvial através do rio Paraguai, contornando o litoral brasileiro e entrando pelo estuário do Rio da Prata, que por via terrestre. Apenas para citar um dos exemplos que justificam esta afirmativa, existe o fato dos habitantes de Cuiabá só terem tomado conhecimento da queda da monarquia e da Proclamação da República em dezembro, quando um pacote chegou trazendo as novidades da Capital.

Como afirma Laura Antunes Maciel: o telégrafo constitui-se num instrumento e num ramo da administração pública. Um “mecanismo capaz de fazer chegar à palavra do poder em todos os pontos do território”<sup>4</sup>. Deve-se ressaltar que o telégrafo pode ser considerado o primeiro sistema de informação utilizado em cadeia mundial, “uma rede de arames” que em 1905 permitia que um telegrama fizesse a volta ao mundo em apenas nove minutos. O telégrafo elétrico fez sua estréia no Brasil em 1852, com a construção de uma linha que ligava a Quinta Imperial – atual Quinta da Boa Vista – ao Quartel General do Exército no Campo de Santana. Em 1871 se efetivou a ligação telegráfica entre a Europa e o Brasil através de um cabo submarino ligando Pernambuco a Portugal<sup>5</sup>.

No final do século XIX, em diversas regiões do Brasil, engenheiros militares chefiavam comissões para construção de linhas telegráficas, entendendo-se que estas, não só aumentariam a segurança da extensa fronteira nacional, como reforçariam a presença do poder central, além da ocupação e o desenvolvimento das regiões mais isoladas. Assim sendo, antes da virada do século já estavam em andamento os trabalhos para ligar a capital do Mato Grosso ao restante do País através do telégrafo e, em 1891, foi concluído o trecho de 580 km de linha telegráfica entre Cuiabá e uma estação no oeste de Goiás, às margens do rio Araguaia, de

---

<sup>3</sup> Apenas para se ter uma idéia, as notícias da invasão só chegaram a Rio de Janeiro cerca de seis semanas após o ataque paraguaio ao Mato Grosso. Para um aprofundamento sobre a Guerra do Paraguai, procurar: DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

<sup>4</sup> MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um Fio: Caminhos, práticas e Imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: EDUC, 1999. P. 46

<sup>5</sup> SILVA, M.C. e MOREIRA, I.C., **A introdução da telegrafia elétrica no Brasil (1852-1870)**. Revista da SBHC vol. 1 n. 5, Rio de Janeiro: SBHC, 2007. P. 47-62

onde se conectaria com o restante do País<sup>6</sup>. Em 1900 a Comissão de Linhas de Telegráficas do Mato Grosso, comandada pelo então Capitão Rondon, tinha como objetivo principal levar o telégrafo às fronteiras do Paraguai e Bolívia, além de reconstruir a linha de Cuiabá, até então bastante precária. Os trabalhos foram concluídos em 1906 após a construção dos últimos 117 km da linha ligando Cuiabá a Cáceres<sup>7</sup>, totalizando 16 estações e 1.667 km de linhas telegráficas, consolidando a presença do Estado brasileiro na região de fronteira com o Paraguai e a Bolívia. O sucesso desta comissão foi certamente um dos motivos da escolha de Rondon para chefiar a nova comissão criada em fevereiro de 1907 para estender a linha telegráfica até o Amazonas.

A CLTEMA (Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas) revestiu-se de um caráter civil e militar<sup>8</sup>, caracterizado por sua dupla subordinação aos ministérios da Guerra e da Indústria, Viação e Obras Públicas. A subordinação a Ministério da Guerra se dava pelo fato de se tratar de uma comissão militar, composta por oficiais e praças do exército, ao mesmo tempo em que também estava sob as ordens do Ministério civil responsável pela rede telegráfica nacional.

Outras tarefas também foram determinadas nas instruções para o funcionamento da comissão no sentido de ampliar o conhecimento sobre a região percorrida, incluindo observações tanto de cunho militar, quanto visando sua futura ocupação e desenvolvimento econômico. Entre estas se destacam: marcações de coordenadas geográficas, demarcações de fazendas nacionais pertencentes ao Exército, estudo da região sob o ponto de vista de sua defesa, do traçado de vias de comunicação, da navegabilidade de rios, e da natureza do terreno, quanto à sua utilização para a lavoura ou *indústria pastoril*<sup>9</sup>. O chefe da comissão também poderia entender-se diretamente com o presidente da província sobre o estabelecimento de colonos, cabendo à comissão a demarcação e a medição dos lotes, também de acordo com as orientações do presidente da província<sup>10</sup>.

<sup>6</sup> **Relatório do Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas – 1900.** - Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do *Center for Research Libraries*. p.147.

<sup>7</sup> **Relatório do Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas – 1907.** - Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do *Center for Research Libraries*. P. 98.

<sup>8</sup> **Instruções da Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas.** Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912. Disponível no Museu do Índio, Rio de Janeiro. P.10.

<sup>9</sup> Idem. P.12

<sup>10</sup> Idem. P. 11 e 12.

## 2. Contexto: A comissão e seu tempo.

“Até as primeiras décadas do nosso século, o extremo norte e noroeste do Brasil ainda se apresentavam aos olhos dos brasileiros como regiões atrasadas e perdidas no imenso espaço vazio, desconhecido e impenetrável, como se imaginava que fosse essa vasta região do país. Apesar de todo o imenso esforço “civilizatório” realizado pelos “observadores do Novo Mundo”, desde o final do século XVIII, essas regiões ainda figuravam nos mapas como desertos, locais habitados por índios, meros esboços ou “simples hipóteses e linhas imaginárias”, consideradas ainda como espaços que escapavam do “domínio da civilização”, “vazios” a serem descobertos”, amansados pela técnica e apreendidos em toda a sua extensão pelo conhecimento<sup>11</sup>.

Embora possa parecer contraditório, se consideramos apenas o caráter “descentralizado” da “República Velha”, houve um esforço do governo federal para afirmar seu poder sobre as vastas e pouco povoadas regiões nos confins do território nacional, principalmente por preocupações com a defesa das fronteiras, mas motivado também pelas rebeliões, como as que ocorreram em Canudos entre os anos de 1896 / 97, liderada pelo beato Antônio Conselheiro; no Mato Grosso em 1905, liderada por Generoso Ponce e chamada Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> MACIEL, Laura Antunes. Op. Cit. p. 69.

<sup>12</sup> A Guerra de Canudos é tema da obra clássica “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Sobre a rebelião de Generoso Ponce contra Totó Paes no Mato Grosso, pode ser consultada a obra de Lenine c. Povoa, História Geral do Mato Grosso e sobre a Guerra do Contestado, dentre as obras disponíveis, cabe citar: “Contestado: A Guerra Cabocla, de Aureliano Pinto de Moura, Publicado pela Bibliex.

Para se entender esse esforço de expansão do poder central deve-se considerar ainda que, no início do século XX, e mesmo ainda hoje, as regiões norte e noroeste do Brasil, eram vistas como lugares atrasados e desconhecidos, fora do alcance das populações que viviam nas cidades próximas ao litoral, para quem esse imenso território “abandonado” começava pouco depois das fazendas de café do oeste paulista. O próprio Rondon, em um dos relatórios, referindo-se a necessidade de incorporar estes territórios, fala da necessidade de se quebrar o encanto dos sertões, devassá-los para torná-los acessíveis a atividade humana.

Além disso, como afirma Laura Antunes Maciel, o telégrafo, assim com a expansão da malha ferroviária, era parte de “um grande plano da República nascente para delineamento, ocupação e colonização militar das fronteiras brasileiras com o Paraguai e a Bolívia”<sup>13</sup>.

O tratado de Petrópolis, por exemplo, assinado em novembro de 1903, diz em seu artigo VII, que “Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila-Murtinho ou em outro ponto próximo (Estado de Mato-Grosso), chegue a Villa-Bella (Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquias e tarifas”.<sup>14</sup>

Para Francisco Hardman, a decisão de construir uma estrada de ferro numa região insalubre e quase inacessível como esta possui determinações que vão além de motivos econômicos ou de política internacional, passando por questões de “afirmação nacional, pelo desejo de dominar o desconhecido e selvagem, pelo afã – em dado momento incontornável – de percorrer territórios estranhos e de transformá-los, neles imprimindo as marcas conhecidas da engenharia mais avançada”<sup>15</sup>. Este mesmo autor afirma que locomotivas e telégrafos faziam parte de um “espetáculo do maquinismo”, e podem ser compreendidas como armas de um “empreendimento de conquista” que punha a “engenharia militar a serviço do progresso”

<sup>13</sup> MACIEL, Laura Antunes. Op. Cit. p. 80.

<sup>14</sup> **Decreto nº 5.161, de 10 DE Março de 1904.** Que Manda executar o Tratado de permuta de territórios e outras compensações, celebrado em 17 de novembro de 1903, entre o Brasil e a Bolívia. Disponível em: [http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_boli\\_11\\_927.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_boli_11_927.htm)

<sup>15</sup> HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma: A Modernidade na Selva.** São Paulo, Cia das Letras, 1988.

e seria capaz de “conduzir o repovoamento do mundo e as novas invasões civilizadas do deserto”<sup>16</sup>.

Além disso, deve-se levar em conta que a construção do telégrafo, juntamente com estradas e ferrovias, devia abrir caminho para a ocupação produtiva das terras por onde passavam, e que estas iniciativas eram fundamentais na ocupação desses novos espaços e na superação das fronteiras. Fronteiras estas, que não devem ser pensadas exclusivamente como linhas divisórias de limitação de espaços físicos ou políticos, mas como parâmetro em que se pode perceber o “limite entre a vida cotidiana de um determinado grupo social e o que lhe é estranho”.<sup>17</sup> Assim sendo, se reconhecermos o papel atribuído aos avanços tecnológicos representados pela ferrovia e pelo telégrafo como precursores da civilização, cada estação telegráfica construída e posta em funcionamento pela Comissão pode ser entendida, pelo menos no contexto da época, como mais um passo para superar o isolamento dos espaços e grupos que deveriam ser integrados a Nação, rumo ao fortalecimento da presença republicana nos confins do Brasil.

Como afirma Nísia Trindade Lima, “os primeiros anos da República foram palco de um expressivo movimento de valorização do sertão, seja enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites políticas do país, seja como referência da autenticidade nacional”.<sup>18</sup> É preciso, no entanto, compreender que nem sempre o termo “sertão” é sinônimo de deserto populacional. Como exemplo é possível citar que as duas últimas cidades atingidas pela Comissão Rondon, antes de começar a se embrenhar na selva amazônica – as vilas de Rosário e Diamantino – distantes respectivamente: 134 e 204 quilômetros de Cuiabá - possuíam cerca de mil habitantes cada uma, enquanto a cidade de Bauru a 340 quilômetros de São Paulo possuía apenas 500 habitantes<sup>19</sup>.

Esses sertões incluíam áreas da região mais ocidental do Brasil, englobando os estados do Mato Grosso, Amazonas e Pará e os recém incorporados territórios do Acre, Purús e Juruá. Como parte deste “esforço civilizatório”, pode ser entendida a realização de algumas expedições que, além seus objetivos específicos, tinham como meta a incorporação dos

---

<sup>16</sup> Idém. p. 108

<sup>17</sup> ZIENTARA, Benedikt, **Fronteira**. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi: vol. 14: Estado - Guerra**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. p. 310.

<sup>18</sup> LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Revan: IUPERJ – UCAM, 1999. P. 65

<sup>19</sup> MACIEL, Laura Antunes. Op. Cit. p. 69.



“sertões” do país. Tais expedições foram chamadas por Nísia Trindade de “Missões Civilizatórias ao interior”.<sup>20</sup> Entre estas “Missões Civilizatórias”, a autora inclui a viagem de Euclides da Cunha, como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, a Canudos em 1897; as diversas viagens científicas promovidas pelo instituto Oswaldo Cruz, como a realizada pelo próprio Oswaldo Cruz ao Vale do Rio Madeira em conjunto com a Estrada de Ferro Madeira - Mamoré em 1909; a expedição dos cientistas Carlos Chagas, Pacheco Leão e João Pedroso ao Vale do Amazonas, a serviço da Superintendência de Defesa da Borracha, de 1912 a 1913 e a viagem feita por Adolfo Lutz e Astrogildo Machado, através do Rio São Francisco e alguns de seus afluentes em 1912, a serviço da inspetoria de Obras contra a secas. A autora também reconhece como “civilizatórios”, os trabalhos de construção da linha telegráfica, pela Comissão Rondon.<sup>21</sup>

O trabalho de ampliar o conhecimento sobre estes sertões e integrá-los ao restante do país através da construção do telégrafo foi entregue, em grande medida, a comissões militares, compostas por integrantes dos batalhões de engenharia do exército. Para se ter uma idéia da participação destas comissões na expansão da rede telegráfica nacional, somente durante o ano de 1905, foram construídos aproximadamente 914 quilômetros de novas linhas telegráficas, dos quais 471 km pelas comissões militares, o que corresponde a mais de 50% das obras.<sup>22</sup>

A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas foi certamente um dos maiores esforços realizados pelo governo da Primeira República na tentativa de integrar os “sertões do noroeste” ao restante do país, ampliando a ingerência do Poder Central na região. Esta Comissão também pode ser considerada o ponto alto da longa trajetória de Cândido Mariano da Silva Rondon na vida pública<sup>23</sup>, sendo muitas vezes evocada

<sup>20</sup> LIMA. Op. Cit. p.88

<sup>21</sup> Idem. p. 66-87

<sup>22</sup> **Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1906.** - Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do *Center for Research Libraries* p. 96.

<sup>23</sup> Rondon morreu em 1958, aos 92 anos, na cidade do Rio de Janeiro, após ter sido nomeado Marechal do Exército Brasileiro em 1955. Após os trabalhos de construção da linha telegráfica, Rondon também atuou: como comandante das forças que lutaram contra os rebeldes em Santa Catarina e no Paraná em 1924; como comandante da Comissão de Inspeção de Fronteiras de 1927 a 1930 e, mesmo tendo sido preso após a Revolução de 30, por ter se recusado a apoiar o movimento, foi nomeado por Vargas em 1934 para presidir uma Comissão Mista Internacional incumbida de resolver uma disputa de fronteiras entre Peru e Colômbia. Paralelamente, desde 1910 Rondon exerceu a função de Diretor do Serviço de Proteção aos Índios – SPI –, sendo nomeado por Vargas em 1939, então com 74 anos, presidente do recém criado Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

por narrativas quase míticas, verdadeiras hagiografias, sobre a vida deste importante personagem da história do Brasil, ressaltando a magnitude de seus trabalhos em prol da Nação e suas virtudes inabaláveis.

No entanto, não foi somente no sertão que se desenvolveram as atividades da Comissão Rondon. Desde maio de 1910 funcionava no Rio de Janeiro o escritório central da CLTEMA<sup>24</sup>. Sob a chefia de Amilcar Botelho de Magalhães<sup>25</sup>, os funcionários deste escritório redigiam relatórios, administravam o pessoal, compravam suprimentos, autorizavam pagamentos, revelavam filmes e fotografias e organizavam, para a posteridade, os arquivos da Comissão<sup>26</sup>. Além disso, o escritório defendia os interesses da Comissão e divulgava seus trabalhos através do envio de artigos e cartas a jornais e da organização de exposições e conferências. Dois aspectos se destacam na divulgação dos trabalhos da comissão: os esforços para a incorporação e desenvolvimento das terras percorridas e das populações indígenas encontradas, e, o que certamente mais atraía o interesse do público, seu caráter de epopéia, repleta de sacrifícios heróicos<sup>27</sup>. Somente em 1911, logo após a inauguração da estação Juruena, tendo construído mais de 590 km da linha principal que ligaria Cuiabá a Santo Antônio do Madeira e já na função de chefe do recém criado Serviço de Proteção ao Índio, Rondon realizaria três conferências, duas no Palácio Monroe no Rio de Janeiro e uma no Salão Germânia em São Paulo.<sup>28</sup>

A expedição ao Rio da Dúvida, realizada em 1913, junto com o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt, foi fartamente noticiada, suscitando inclusive uma polêmica nacional, “antes, durante e depois de sua realização” envolvendo críticas publicadas na imprensa, questionando as reais intenções da presença do ex-presidente americano nas terras

<sup>24</sup> Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.

<sup>25</sup> Amilcar Botelho de Magalhães, então capitão do Exército Brasileiro, foi um dos principais colaboradores de Rondon, com participação em diversas etapas da construção da linha telegráfica e na Expedição ao Rio da Dúvida, citada no capítulo anterior.

<sup>26</sup> Uma relação geral das publicações da Comissão Rondon foi organizada em 1920 e consta em: MAGALHÃES, Amílcar A. B.. Impressões da Comissão Rondon. Rio de Janeiro. Cia. Editora Nacional, 1942. P. 386-401.

<sup>27</sup> Uma coletânea de artigos publicados no Jornal do Comércio em 1915 é um bom exemplo dessa divulgação e encontra-se disponível em **Missão Rondon. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas, sob a direção do coronel de engenharia Cândido Mariano Rondon, de 1907 a 1915**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1916. Reeditado pelo Senado Federal em 2003.

Também disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1077>.

<sup>28</sup> CASTRO, Esther Viveiros.Op. Cit. p.345

brasileiras<sup>29</sup>, A expedição também foi notícia no exterior e certamente contribuiu para que a figura e os feitos de Rondon passassem a ser conhecidos também internacionalmente. Além da publicação de um livro contando suas aventuras<sup>30</sup>, o próprio Roosevelt realizou diversas conferências sobre o tema. Numa delas afirmaria que a “América pode apresentar ao mundo duas realizações ciclópicas: ao Norte a abertura do canal do Panamá, ao Sul, o trabalho de Rondon - científico, prático e humanitário”<sup>31</sup>. Podendo-se afirmar que a repercussão da expedição tenha contribuído muito, não só para a divulgação das atividades da Comissão no Noroeste do país, mas que foi fundamental para a construção da imagem heróica de Rondon, expressa numa inscrição de seu nome, em “letras de ouro maciço”<sup>32</sup>, na sociedade de Geografia de Nova Iorque, ao lado de exploradores famosos como Amundsen, Peary, Charcot e Byrd<sup>33</sup>, como o explorador que mais devassou terras tropicais.

Naturalmente também havia críticas e polêmicas, principalmente quanto ao fato do telégrafo por fio estar se tornando uma tecnologia ultrapassada, frente aos avanços obtidos pela radiotelegrafia. Na verdade experiências com radiotelegrafia já vinham sendo executadas desde 1906, em estações estabelecidas na fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e na ponta de Castelhanos, na Bahia, com intuito de exercitar o pessoal e escolher o sistema que deveria ser adotado definitivamente nas estações costeiras.<sup>34</sup> Com o passar do tempo e o com aperfeiçoamento da nova tecnologia, as críticas foram se tornando mais incisivas.

Outro problema enfrentado pela comissão para justificar sua manutenção, principalmente como instrumento de avanço da civilização, referia-se a insalubridade da região atravessada pela linha telegráfica. As mesmas dificuldades inerentes a vida na selva, que dava ares de epopéia a construção da linha, servia de empecilho para o desenvolvimento da região.

---

<sup>29</sup> MARTINS JUNIOR, C. . **Expedição Roosevelt-Rondon: Uma Página do Pan-americanismo**. In: II Congresso Sul-Americano de História, 2005, Passo Fundo. Textos do II Congresso Sul-Americano de História. Passo Fundo - RS : Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. v. 1. p. 111-132. Disponível em: <http://www.2csh.clio.pro.br/carlos%20martins%20junior.pdf>

<sup>30</sup> ROOSEVELT, Theodore. **Nas Selvas do Brasil**. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, 1976.

<sup>31</sup> CASTRO, Esther Viveiros.Op. Cit. p.608

<sup>32</sup> Idem. p.613

<sup>33</sup> Roald Amundsen, era Norueguês e, em 1911, foi o primeiro homem a chegar no Pólo Sul. O norte-americano Robert Peary, chegou ao Pólo Norte em 1909. O francês Jean Baptiste Charcot e o norte-americano são destacados exploradores das regiões antárticas e árticas, respectivamente.

<sup>34</sup> **Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1907**. - Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do *Center for Research Libraries*. p.9.8

Era fundamental para um projeto empenhado em povoar e desenvolver o noroeste que a região fosse considerada salubre e atraente e isso não era uma tarefa fácil. A imagem da Amazônia como “inferno verde”, ganhou força com o livro homônimo de Alberto Rangel<sup>35</sup>, publicado originalmente em 1908 e a denominação da estrada de ferro Madeira- Mamoré como “Ferrovia do Diabo”<sup>36</sup>, só contribuía para consolidar esta imagem. Mas não só nas expressões forjadas se baseava a má fama da selva amazônica, os próprios relatórios elaborados por médicos integrantes da Comissão, davam conta dos problemas e das doenças inerentes à região, reconhecendo a insalubridade do vale do Rio Amazonas.

Por outro lado, em um de seus relatórios Rondon dizia “serem a exploração científica do território e a sua incorporação ao mundo civilizado elementos convergentes de um só objetivo. Assim os trabalhos de reconhecimento e determinações geográficas, o estudo das riquezas minerais, da constituição do solo, do clima, das florestas, dos rios, caminham *paripassu* com os trabalhos de construção da linha telegráfica, do traçado das estradas de penetração, do lançamento de futuros centros de povoação, da instalação das primeiras lavouras e dos primeiros núcleos de criação de gado”.<sup>37</sup>

Aliás, é por se incumbir de tarefas que extrapolavam a simples construção da linha telegráfica que a Comissão Rondon conseguiu manter-se em funcionamento, mesmo depois de concluída a linha, mantendo sua organização burocrática e seus funcionários até ser oficialmente dissolvida em 1930. Mesmo com a dissolução, a comissão ainda manteve algumas de suas atribuições e parte do pessoal técnico organizado em função de um projeto de elaboração da carta topográfica do Mato Grosso. Somente em 1942 é que os técnicos foram definitivamente devolvidos aos ministérios de origem e seu acervo incorporado ao Conselho Nacional de Proteção ao Índio, presidido por Rondon.<sup>38</sup>

As relações com os índios, implementadas durante a execução das obras de construção do telégrafo, podem ser consideradas como uma aplicação prática desse princípio, através

<sup>35</sup> RANGEL, Alberto. **Inferno Verde: Cenas e cenários do Amazonas**. Manaus, Editora Valer, 2008.

<sup>36</sup> A Madeira-Mamoré era chamada de “Ferrovia do Diabo”, não só pelos trabalhadores da ferrovia, que cunharam o nome entre 1878 e 1912, mas também por jornais e revistas. Sobre a História da ferrovia procurar: FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. São Paulo. Editora Melhoramentos, 2005.

<sup>37</sup> RONDON, C. M. **Comissão das Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas. Segundo Relatório Parcial correspondente aos anos de 1911 e 1912**. (p.277) Apud.: LIMA, Nisia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Revan: IUPERJ – UCAM, 1999.

<sup>38</sup> MACIEL, Laura A.. Op Cit. ( p. 124)

utilização de métodos de convencimento pacífico. Além da notória proibição do uso da violência contra os índios<sup>39</sup>, durante os trabalhos na linha telegráfica e no decorrer das expedições exploratórias realizadas pela comissão, os métodos utilizados para tentar estabelecer relações pacíficas com os indígenas incluíam: a doação de instrumentos agrícolas e de artesanato, e o ensino de práticas agrícolas e de criação de gado. Além disso, Rondon defendia a tese de que os índios não deveriam ser forçados a aprender. Para o chefe da comissão, a melhor forma de ensino seria o exemplo. Assim sendo, Rondon e seus subordinados eventualmente, entre outros serviços, aravam e semeavam um terreno e deixavam as ferramentas necessárias para a continuação do trabalho, ou ainda mostravam aos índios como construir casas simples, para que percebessem sua utilidade e as vantagens desse tipo de moradia<sup>40</sup>.

Além da tentativa de contato pacífico com as tribos mais arredias, como os Nambiquaras, a comissão utilizou integrantes das tribos já “pacificadas”, como os paresí e os bororó, nos serviços de construção, manutenção e operação da linha telegráfica, procurando integrá-los como brasileiros<sup>41</sup>, difundindo o culto aos símbolos nacionais através de cerimônias cívicas, realizadas sob os mais diversos pretextos, que incluíam comemorações das datas nacionais, como o Dia da Independência e a Proclamação da República, ou a conclusão de trechos da própria linha telegráfica<sup>42</sup>. Nestas ocasiões solenes era proferido um discurso e executado o Hino Nacional. Além disso, Rondon fazia questão de hastear diariamente a bandeira do Brasil nos acampamentos da comissão<sup>43</sup> e constantemente fazia

<sup>39</sup> O lema de Rondon “Morrer se preciso for, matar nunca”, ainda hoje é citado como exemplo de correção no trato com os índios.

<sup>40</sup> Diversos relatos referentes a estas práticas podem ser encontrados em VIVEIROS, Esther de. Op. Cit. p. 236, 255, 262-263. (entre outras)

<sup>41</sup> Como integração deve-se entender o processo que permitiria aos indígenas inserirem-se na nação brasileira, permitindo-lhes que mantivessem, enquanto desejassem, seus hábitos e práticas culturais.

<sup>42</sup> Um exemplo dessa prática pode ser encontrado no relato de uma cerimônia ocorrida em 07 de setembro de 1908, no acampamento nas margens do rio Juruena, que incluiu: “toques de clarim e corneta na alvorada, execução do hino nacional “pela primeira vez ouvido na região”, leitura de ordem do dia e soltura de foguetes e balões”. VIVEIROS, Esther de. Op. Cit. p.257-258

<sup>43</sup> “Através [de] tudo o que vi e que irei aos poucos referindo, guardo até hoje com veneração as impressões de sinceridade e do entusiasmo (sic) com que Rondon systematicamente (sic) prestava culto ao pavilhão nacional. Para o local do acampamento não era só indispensável a água corrente, mas, com igual força de necessidade palpitante, o mastro da bandeira! Fossem os acampamentos de construção (sic) da linha, onde permanecíamos durante uma semana, (...) fossem os acampamentos de reconhecimento e exploração, de ephemera (sic) duração de 24 horas e às vezes uma só noite... ao primeiro clarão do dia, ao som dos clarins ou das cornetas, erguia-se lentamente a bandeira pelo



fotografar índios desfilando com a bandeira brasileira ou envoltos por ela.<sup>44</sup> Em algumas dessas fotografias, misturados aos soldados de uniforme, aparecem índios nus participando desses rituais. Em outras, os indígenas são retratados travando contato com objetos do mundo civilizado, como câmeras fotográficas, relógios, gramofones e instrumentos de trabalho. Também aparecem nas fotos: índios em uniformes militares ou vestidos com trajes civis, salas de aula, cenas dos trabalhos realizados pela comissão, como estradas e pontes, além dos oficiais que compunham a comissão.

Outra prática bastante comum na Comissão era batizar com nomes de figuras proeminentes da república ou associadas ao panteão do positivismo<sup>45</sup> as novas estações telegráficas construídas, além de rebatizar os rios e outros acidentes geográficos, substituindo seus nomes originais indígenas. Capanema, José Bonifácio, Presidente Hermes e Presidente Penna, são apenas alguns dos nomes dados a estes lugares. Mas não só as estações e pontos geográficos mais importantes eram “batizados”, qualquer local ou ponto geográfico de alguma relevância poderia receber um nome. Só para se dar um exemplo, em poucos dias, entre agosto e setembro de 1909, Rondon deu nome de “Campos de Palmares de Maria de Molina” a uma área repleta de palmeiras: chamou de “Beatriz” a uma cabeceira de Serra, e de Marina a outra cabeceira, tudo na região onde seria construída a estação telegráfica, já previamente denominada “José Bonifácio”<sup>46</sup>.

Esta preocupação em dar nomes aos lugares certamente pode ser relacionada ao esforço de marcar a presença, ou pelo menos a passagem, de representantes da república por aqueles sertões. Demonstra ainda a evidente influência da doutrina positivista brasileira, seguida pelo comandante da comissão e por boa parte de seus auxiliares mais próximos, que

---

mastro rústico. MAGALHÃES, Amílcar A. B.. **Impressões da Comissão Rondon**. Rio de Janeiro. Cia. Editora Nacional, 1942. p.25-26

<sup>44</sup> Existe um farto registro iconográfico dos trabalhos da Comissão Rondon, disponível no SEDOC do Museu do Índio/FUNAI. Localizado no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>45</sup> A chamada “Religião da Humanidade” pretendendo ser uma concepção laica, tinha sua própria teologia, seus rituais e sua hagiografia. Os Santos da nova religião eram os grandes homens da humanidade, os rituais eram as festas cívicas e sua filosofia e política eram sua teologia. O calendário positivista compunha-se de treze meses, cada um deles dedicado a uma figura considerada importante na evolução da humanidade. (1º Moisés; 2º Homero; 3º Aristóteles; 4º Arquimedes; 5º César; 6º São Paulo; 7º Carlos Magno; 8º Dante; 9º Gutenberg; 10º Shakespeare; 11º Descartes; 12º Frederico II e 13º Bichat). No positivismo existe ainda um “quadro sociocrático”, no qual estão prescritas 81 festas cívicas. CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 130-131

<sup>46</sup> VIVEIROS, Esther de. Op. Cit. p.290

incluía em seu “panteão cívico” os heróis da república, como Deodoro, Benjamin Constant, Floriano e José Bonifácio<sup>47</sup>. Para os positivistas, esses personagens deveriam ser cultuados no “altar de pátria”, lembrados através de nomes de estações, denominações de rios, campos, cachoeiras, cidades e acampamentos, cumprindo um papel relevante para legitimar o poder do estado e contribuir para a construção da idéia de pertencimento a Nação.

Juntamente com a construção da linha telegráfica, deveria ser estimulado, ao longo de sua extensão, ou pelo menos em torno das estações telegráficas, o surgimento de núcleos de povoamento, que serviriam para agrupar os “trabalhadores nacionais” dispersos pela região e para atrair os índios. Aliás, as instruções que regulavam o funcionamento da Comissão já determinavam que a distância entre as estações não deveria exceder noventa quilômetros, não só para favorecer a conservação das linhas, mas para “facilitar o povoamento da zona atravessada”<sup>48</sup>, prevendo ainda o “estabelecimento de colonos em torno de cada estação”<sup>49</sup>. Do mesmo modo, também fazia parte dos objetivos da comissão “pacificar” os indígenas, na busca por aproximar o poder central republicano e a “civilização” das populações dispersas, que habitavam os vastos territórios do noroeste, o que foi tentado através de medidas práticas e simbólicas.

Cabe reconhecer que a Comissão de Linhas Telegráficas buscava “nacionalizar” os índios, transformando-os em “brasileiros”. Na época, isso pressupunha uma aculturação que para um antropólogo pode até ser considerado como “extermínio”, se pensarmos que os índios não mais existiriam em seu estado primitivo. De certa forma, isso é confirmado por Roquette-Pinto, que após retornar de uma viagem a região atravessada pela linha telegráfica escreveu: “Há índios perfeitamente assimilados a nossa modesta cultura brasileira do interior (...). São de fato sertanejos. Trabalham, produzem, querem aprender. Não são mais índios.”<sup>50</sup>

Além disso, é preciso perceber a intenção de conquistar os “espaços vazios”, que incluíam aqueles ocupados pelos indígenas. Como fez, em sua tese de doutorado, a

---

<sup>47</sup> Cabe ressaltar que a figura de José Bonifácio: o “patriarca da Independência” foi recuperada pelos positivistas durante a proclamação da república e inclusive está presente em monumentos republicanos no Rio de Janeiro. CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 47

<sup>48</sup> **Instruções da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas**. Rio de Janeiro: Papellaria Macedo, 1912. Artigo X, p. 11. Disponível no Museu do Índio, Rio de Janeiro.

<sup>49</sup> Idem. Artigo XII, p. 11-12

<sup>50</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Rondônia**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975. p.235



historiadora Laura Antunes Maciel, afirmando textualmente: “Desbravar, amansar, domar os sertões e tudo que neles havia, inclusive os índios, à semelhança do que se faz com os animais domesticados, eram decisões políticas da ocupação e conquista do espaço interior, embasadas em desejos de ordem e progresso traduzidos, por sua vez, em atos de força, de vontade de subjugar e dominar.”<sup>51</sup>

No entanto, cabe ressaltar que os integrantes da comissão, principalmente devido às determinações de Rondon, procuravam respeitar as práticas culturais dos indígenas, pelo menos até que estivessem prontos para “evoluir ao estágio positivo”. O que pode ser considerada uma postura bastante avançada para a época, principalmente se comparada com as políticas postas em práticas por outros países ou mesmo defendidas por intelectuais e cientistas brasileiros, como Herman Von Ihering, então diretor do Museu Paulista, envolvido numa polêmica, entre os anos de 1908 e 1909, por defender o “extermínio” dos indígenas, o que teria sido um dos principais motivos para a criação do S.P.I.L.T.N.<sup>52</sup>

#### 4. Conclusão

“De tudo, se conclui que antes das expedições brasileiras, de 1907 até hoje, não existiam senão vagas notícias sobre os índios da Cordilheira do Norte, a mais central das populações primitivas do continente Sul-americano; e também ficam apuradas as migalhas dos conhecimentos que possuíamos sobre a bacia formidável do Juruena. (...) E vale a pena recordar de que maneira Rondon e seus companheiros, rasgando matas e semeando pousos, que serão povoações, cumpriram seu destino feliz, desbravando terras e amansando homens.”<sup>53</sup> (Roquette-

<sup>51</sup> MACIEL, Laura A.. Op. Cit. p. 134

<sup>52</sup> O então diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering propôs explicitamente o extermínio desses índios em artigo escrito na revista do Museu, em 1907. IHERING, H. "A Antropologia do Estado de São Paulo", *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 7 1907, p. 215.

<sup>53</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Rondônia**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975. p.28



Pinto, em seu livro *Rondônia*, escrito pouco depois de regressar de uma viagem ao noroeste do Brasil, feita em 1912).

Fazendo um “resumo geral” dos trabalhos executados pela Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, Amílcar Botelho de Magalhães<sup>54</sup> registra a construção de aproximadamente 4.500 km de linhas telegráficas e a construção de 55 estações. Além disso, é relatado o reconhecimento geográfico de cerca de 5.650 km lineares, percorridos somente nas três expedições exploratórias nos anos de 1907, 1908 e 1909. Também são citados: a construção de estradas, pontes e outras obras de infra-estrutura; a elaboração de mapas, a “pacificação” de silvícolas e a observações de seus traços culturais; a produção de relatórios científicos sobre a fauna e a flora e levantamentos mineralógicos, geológicos e climatológicos.

Por outro lado, em seu livro “*Tristes Trópicos*”, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, que viajou pelo noroeste brasileiro em 1938, ao descrever a decadência das linhas telegráficas, afirma: “há o fio, mas este, havendo se tornado inútil logo que acabou de ser colocado, fica frouxo, pendente de postes que não se substituem quando caem apodrecidos”<sup>55</sup>. No entanto, o próprio cientista francês e sua equipe utilizaram os caminhos abertos pelos integrantes da Comissão, podendo inclusive percorrer de caminhão os 500 km que separam Cuiabá da Estação Telegráfica de Utiariti, localizada ao norte da capital do Mato Grosso, nas margens do rio Juruena, já em território dos índios Nanbikwara<sup>56</sup>.

É certo que Logo após sua inauguração, em 1915, a linha telegráfica não funcionava, ou funcionava mal. Além disso, a evolução tecnológica, representada pelo desenvolvimento da radiotelegrafia, havia tornado obsoleta a linha telegráfica, de modo que o objetivo original, que era de estendê-la até Manaus, foi abandonado. No entanto, os trabalhos da comissão extrapolaram a simples construção da linha e acabaram por contribuir de maneira significativa para a consolidação da presença do Estado na região noroeste do Brasil.

<sup>54</sup> MAGALHÃES, Amílcar A. B.. Impressões da Comissão Rondon. Rio de Janeiro. Cia. Editora Nacional, 1942. (p. 366-385)

<sup>55</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa : Edições 70, 1979. p.267.

<sup>56</sup> Idem. p.261.

Entre as motivações institucionais para criação da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas podem ser incluídas as preocupações militares com a segurança das fronteiras e com a consolidação e a defesa dos territórios recém adquiridos com a assinatura do Tratado de Petrópolis. Além disso, também se buscava informações de cunho científico, geográfico e econômico, que possibilitassem a abertura de novas áreas de ocupação e exploração, bem como a ampliação da presença do Poder Central na região. Assim sendo, se entendermos como atribuições de uma “Frente Pioneira”: penetrar, explorar e ocupar uma determinada região, naturalmente pode-se enquadrar a Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas dentro desta categoria.

Ao enveredar para outras atividades como: a exploração territorial, o levantamento geográfico, geológico, econômico e militar, além do apaziguamento e incorporação de tribos indígenas, trabalhos que se mostraram tão, ou mais, relevantes que a expansão da linha do telégrafo, as obras acabaram cumprindo um papel relevante na integração dos territórios do noroeste. Não só efetivamente, através das obras realizadas, que incluíram a abertura de estradas e de núcleos de povoação, mas também no imaginário das populações.

Neste sentido, pode-se afirmar que a “Comissão Rondon”, ao realizar um verdadeiro inventário dos locais percorridos durante a construção da linha e das populações encontradas, divulgando seus trabalhos e estes conhecimentos para o restante do país, através de conferências e publicações, contribuiu para que os habitantes do litoral, que compunham a maior parte da população brasileira, pudessem reconhecer a região como parte da Nação.

Também podemos concluir que ao permitir, mesmo parcialmente, que as populações dispersas da região pudessem ser submetidas às ordens e à administração oriundas do poder central, através da expansão da rede telegráfica e da abertura de estradas, ao mesmo tempo em que buscava, através de cerimônias cívicas e do culto aos símbolos nacionais, a legitimação do poder do estado e a construção da idéia de pertencimento a Nação por parte desses indivíduos, a Comissão certamente contribuiu para a integração do Noroeste ao restante do país.

Quanto às relações da comissão com os índios e seu trabalho de “pacificação”, é preciso inicialmente separar a questão ideológica, que ainda hoje gera polêmica entre os defensores da “assimilação” e a “incorporação” dos indígenas à população brasileira, e os que acreditam que estes devam ser resguardados em suas reservas de modo a manterem o direito



às suas tradições e ao seu modo de vida. Feito isso, me parece inegável a contribuição dos trabalhos realizados no âmbito da Comissão no sentido de pacificar e subordinar os índios ao poder do estado e de integrá-los, baseando-se naturalmente em suas concepções positivistas, ao restante da nação.

Cabe ainda ressaltar que os trabalhos de pesquisa, executados durante a construção da linha telegráfica, contribuíram de maneira inequívoca na ampliação do conhecimento sobre vastas áreas do território brasileiro e conseqüentemente para consolidação destes territórios como parte do país, eliminando diversas marcas de “desconhecido” no mapa do Brasil<sup>57</sup>. Os trabalhos iniciados pela Comissão Rondon, seriam retomados e, de certa forma, consolidados através da “Marcha para o Oeste”, implementada a partir de 1939, durante o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de ocupar e desenvolver o interior do Brasil, principalmente as regiões Norte e Centro-oeste, que permaneciam esparsamente povoadas, e que teve os trabalhos da Comissão Rondon como símbolo.

Atualmente, ao observar o mapa de Rondônia, pode-se facilmente localizar a rodovia BR 364. Ao longo dessa rodovia que cruza o estado a partir do sul, rumo ao noroeste, até a cidade de Porto Velho, na divisa com o Amazonas, encontram-se cidades como Vilhena, Pimenta Bueno, Jaru e Ariquemes. No início do século XX estas cidades não existiam, elas surgiram a partir de 1907 como postos telegráficos construídos pela “Comissão Rondon”. Esta Rodovia segue o mesmo percurso da linha telegráfica construída entre os anos de 1907 e 1915. Algumas das estações telegráficas ainda estão de pé e permanecem como marcos da passagem da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas e de sua relevância para a integração do Noroeste como parte do Estado e da Nação Brasileira.

## 5. Bibliografias e Referências.

### Fontes:

Artigo publicado em 13 de novembro de 1911, no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, disponível no SEDOC do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Conferências realizadas nos dias 5, 6 e 9 de outubro de 1915, pelo Coronel Candido Mariano da S. Rondon sobre os trabalhos da Expedição Roosevelt e da Comissão

<sup>57</sup> Os Mapas do Brasil no início do século XX traziam marcadas em várias regiões, principalmente nas regiões Norte e Oeste a expressão “desconhecido”, marcando áreas sobre as quais não se tinham informações confiáveis.

Telegraphica. Rio de Janeiro. Comissão Rondon, 42. RJ: Typ. Leuzinger, 1916. Disponível no SEDOC do Museu do Índio/FUNAI. Rio de Janeiro

Decreto n° 5.161, de 10 DE Março de 1904. Que Manda executar o Tratado de permuta de territórios e outras compensações, celebrado em 17 de novembro de 1903, entre o Brasil e a Bolívia. Disponível em: [http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_boli\\_11\\_927.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_boli_11_927.htm)

Imagens do arquivo iconográfico dos trabalhos da Comissão Rondon, disponível no SEDOC do Museu do Índio/FUNAI. Rio de Janeiro

Instrucções pelas quaes deverá se guiar o chefe da Commissão Constructora da Linha Telegraphica do Matto Grosso ao Amazonas, publicadas no Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1908, Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do Center for Research Libraries. (<http://www.crl.edu/default.asp>).

Instruccões da Commissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912. Disponível no SEDOC do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Lei n° 3.071, de 1° de Janeiro de 1916.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm)

Missão Rondon. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Commissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas, sob a direção do coronel de engenharia Cândido Mariano Rondon, de 1907 a 1915. (publicados em artigos no Jornal do Comércio em 1915) Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1916. Reeditado pelo Senado Federal. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1077>.

Publicação n° 19, (anexo 6). – Serviço Sanitário – Relatório Expedição de 1909 pelo 1° tenente Dr. Joaquim Augusto Tanajura. Disponível no SEDOC do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Publicação nº 32, (anexo 6). – Serviço Sanitário – Relatório apresentado pelo Capitão-médico graduado Dr. João Florentino Meira de Faria. Disponível no SEDOC do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra pelo Tenente Coronel Candido Mariano da S. Rondon. Primeiro volume, Estudos e Reconhecimentos. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1910. Disponível no SEDOC do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra pelo Tenente Coronel Candido Mariano da S. Rondon. Segundo volume, construção. Publicação 39 do Catálogo Geral das Publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Ministério da Agricultura, 1907 - 1910. Disponível no SEDOC do Museu do Índio/FUNAI. Rio de Janeiro

Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio: 1909 - 1910. Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do Center for Research Libraries. (<http://www.crl.edu/default.asp>).

Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio: 1910 – 1911. Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do Center for Research Libraries. (<http://www.crl.edu/default.asp>).

Relatório do Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas – 1898. - Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do Center for Research Libraries. (<http://www.crl.edu/default.asp>).

Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1906. - Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do Center for Research Libraries. (<http://www.crl.edu/default.asp>).



Relatório do Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas – 1907. - Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do Center for Research Libraries. (<http://www.crl.edu/default.asp>).

Relatório do Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas – 1909. - Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do Center for Research Libraries. (<http://www.crl.edu/default.asp>).

Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas de 1911. - Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível no site do Center for Research Libraries. (<http://www.crl.edu/default.asp>).

### **Livros, Artigos e Teses**

CARONE, Edgard. A Primeira República (1889 – 1930). Rio de Janeiro/São Paulo. Difel, 1976

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORREIA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro: MEC / Instituto Nacional do Livro, 1969.

COUTINHO, Edilberto. Rondon. O Civilizador da Última Fronteira. Rio de Janeiro: Olivé Editor, 1969.

DIACON, Todd A.. Rondon. O Marechal da Floresta. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. A Ferrovia do Diabo. São Paulo. Editora Melhoramentos, 2005.

\_\_\_\_\_. Nas Selvas Amazônicas. São Paulo, Grafica Biblos Editora, 1961

HARDMAN, Francisco Foot. Trem Fantasma: A Modernidade na Selva. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

HOLANDA, S. Buarque de. O Extremo Oeste. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. Lisboa : Edições 70, 1979.

LIMA, Antonio Carlos Souza. Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis RJ, Editora Vozes, 1995.

LIMA, Nisia Trindade. Um Sertão Chamado Brasil. Rio de Janeiro, Editora Revan: IUPERJ – UCAM, 1999.

LINS, Ivan, História do Positivismo no Brasil, 2ª ed., Companhia Editora Nacional, 1967, São Paulo.

MACIEL, Laura Antunes. Nação por um Fio: Caminhos, práticas e Imagens da Comissão Rondon. São Paulo: EDUC, 1999.

MAGALHÃES, A.A. Botelho de. Pelos Sertões do Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941;

\_\_\_\_\_. Impressões da Comissão Rondon. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.

MARTINS JUNIOR, C. . Expedição Roosevelt-Rondon: Uma Página do Pan-americanismo. In: II Congresso Sul-Americano de História, 2005, Passo Fundo. Textos do II Congresso Sul-Americano de História. Passo Fundo - RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. v. 1. p. 111-132.

Disponível em: <http://www.2csh.clio.pro.br/carlos%20martins%20junior.pdf>

MOREL, Edmar, A Revolta da Chibata. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1979

PENNA, L. de Abreu. República Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. Por que somos florianistas: ensaios sobre florianismo e jacobinismo.  
Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

RANGEL, Alberto. Inferno Verde: Cenas e cenários do Amazonas. Manaus, Editora Valer, 2008.

ROOSEVELT, Theodore. Nas selvas do Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Rondônia. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.

SILVA, M.C. e MOREIRA, I.C., A introdução da telegrafia elétrica no Brasil (1852-1870).  
Revista da SBHC vol. 1 n. 5, Rio de Janeiro: SBHC, 2007

DA SILVA, Nady Moreira Domingues,, Positivismo no Brasil, artigo publicado na revista  
Filosofia em Revista nº. 85, da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 1982.  
(p. 03 – 04). Disponível em <http://www.ufma.br/filosofia/positivismonobrasil.htm>.

VIANA, Hélio – História das fronteiras do Brasil, Rio de Janeiro, Edição da Biblioteca  
Militar, 1948.

VIVEIROS, Esther de. Rondon Conta Sua Vida. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos  
Esperantistas, 1969

ZIENTARA, Benedikt, Fronteira. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). Enciclopédia Einaudi:  
vol. 14: Estado - Guerra. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.